

30 JUL 1992

CORREIO BRAZILIENSE

Marcílio crê na maturidade da economia Brasil

Apesar do que chamou de "turbulências na área política", o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, afirmou ontem, ao abrir pela manhã a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que a economia brasileira mostrou uma grande maturidade ao enfrentar a crise de âmbito político: "Houve quem previsse que os preços iriam disparar, que as bolsas iriam entrar em colapso, que os agentes econômicos iriam se retrair", relatou. Em um extenso relato aos conselheiros, Marcílio mostrou números para comprovar que a economia anda tranquila e que não houve paralisação por parte do Governo. A orientação do Governo, conforme o ministro, é de "não passar mais sustos nos agentes econômicos e também estar prontos para não levar sustos".

Marcílio iniciou o seu discurso cumprimentando Lourenço do Prado, presidente da Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec) pela sua recondução como representante dos trabalhadores no CMN. Os dados apresentados pelo ministro mostram que em julho o Índice do Custo de Vida da Fipe apresentou uma queda de dois pontos percentuais sobre uma base de 20, que a atividade econômica continua a se recuperar muito moderadamente, que o desemprego nas últimas semanas, em São Paulo, não aumentou, que as exportações continuam a ter desempenho extraordinário, que o setor agrícola continua colhendo e que alguns setores, como a indústria automobilística, continuam se recuperando.

Disse também que as bolsas e o mercado financeiro tiveram comportamento normal e que os juros até tiveram queda. Além disso, ressaltou que em 15 dias o Banco Central completa o processo de devolução de cruzados novos bloqueados com o Plano Collor I. Como prova de que não há paralisação, o ministro citou a conclusão do acordo da dívida externa com os bancos credores, a formalização do acordo com a França dentro do Clube de Paris, a confirmação pelo Eximbank do Japão de um empréstimo de 300 milhões de dólares e interesse em novos créditos e o envio ao Congresso do projeto da reforma fiscal e do plano diretor de seguros.